



Câmara Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei do Legislativo nº 013/2022 – *De autoria dos Vereadores Júnior da Van, Pastor Carlos, Gustavo Belloni, José Cláudio Ferreira e Antônio Aparecido da Silva (Titi) – Autoriza o Executivo a dar um desconto no valor total do IPTU de 2022 de forma que o contribuinte não tenha um acréscimo superior a 15% do valor pago em 2021.*

Em relação à presente propositura, por ser inconstitucional, somos de parecer desfavorável à sua apreciação pelo Plenário.

PARECER CONTRÁRIO.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 08 de março de 2.022.


CARLOS GOMES


JOCELI MARIOZI


GUSTAVO BELLONI

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal.

COMISSÕES

Testes e Finanças

DATA: *21* / *02* / *2022*
Antônio Durval Nicolau
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 13/2022

“Autoriza o Executivo a dar um desconto no valor total do IPTU de 2022 de forma que o contribuinte não tenha um acréscimo superior a 15% do valor pago em 2021.”

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, APROVA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a dar um desconto no valor total do IPTU de 2022 de forma que o contribuinte não tenha um acréscimo superior a 15% do valor pago em 2021.

Art. 2º. A Planta Genérica de valores dos imóveis fica inalterada.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer a compensação utilizando a reserva de contingência e o superávit financeiro apurado em 31 de dezembro de 2021.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 21 de fevereiro de 2022.

[Assinatura]
JÚNIOR DA VAN
VEREADOR – PSD

[Assinatura]
PASTOR CARLOS
VEREADOR - PSDB

[Assinatura]
GUSTAVO BELLONI
VEREADOR – PODEMOS

[Assinatura]
JOSÉ CLÁUDIO FERREIRA
VEREADOR - MDB

[Assinatura]
ANTONIO APARECIDO DA SILVA (TITI)
VEREADOR - PSDB

REJEITADO

04 / *04* / *2022*

[Assinatura]
PRESIDENTE

JUSTIFICATIVA:

Vivemos dias difíceis, com uma economia travada e uma instabilidade decorrente da pandemia, a qual tem gerado desemprego e perda de rendimentos, afetando a todos, principalmente as populações menos favorecidas.

Neste contexto, políticas públicas compensatórias e de apoio à população passam a ser prioritárias.

Para compensar a perda de renda, uma das ações é não onerar as famílias com aumento de impostos.

Assim, entendemos ser necessária a apresentação deste Projeto de Lei que cria uma alternativa legal para o Poder Executivo corrigir os aumentos abusivos do IPTU e manter os valores onde os imóveis tiveram redução ou aumento de até 15%, além de não alterar os valores da Planta Genérica.

O momento exige, mais do que nunca, muito desprendimento, equilíbrio e, acima de tudo, a união de todos nós - que somos responsáveis pela condução da coisa pública - para que, juntos, busquemos a solução que interesse a toda a população.

Assim, propomos o diálogo de todos os partidos e tendências políticas, independentemente de posições e ideologias, com o único propósito: buscar a justiça social em nossa sociedade.

A maturidade e bom senso exigem que o erro seja corrigido.

JÚNIOR DA VAN
VEREADOR - PSD

PASTOR CARLOS
VEREADOR - PSDB

GUSTAVO BELLONI
VEREADOR - PODEMOS

JOSÉ CLÁUDIO FERREIRA
VEREADOR - MDB

ANTONIO APARECIDO DA SILVA (TITI)
VEREADOR - PSDB